



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SEPOF

Ilustríssima Sra. Secretária.
ANA MARIA SOUZA DE AZEVEDO

Honrado em cumprimentá-la sirvo-me do presente para apresentar análise e parecer sobre o Contrato nº 002/SEPOF.PMA. Na forma seguinte. Desde já, reitero votos de estimas e consideração, e coloco-me a disposição para dirimir eventuais dúvidas acerca da demanda.

PARECER JURÍDICO

EMENTA: LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS E MONOCROMÁTICA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA. LEI 8666/93.

1. Resumo

A presente demanda trata-se de licitação precedida do **Processo nº 002/2019-SEMED, SRP nº 2019.002.PMA.SEMED, Ata de registro de preços**, para locação de máquinas multifuncionais e monocromática, com fornecimento de peças, manutenção preventiva e corretiva, contrato com duração de 12 meses, que visa atender às necessidades administrativas desta SEPOF.

2. Parecer

Sabe-se que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de análise à legalidade do procedimento, bem como os pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente. Desta forma, a conveniência da realização de determinada contratação fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.

Visando atender as necessidades desta Secretaria – SEPOF, quanto aos serviços elencados, buscou-se, por boa fé, oportunidade e conveniência, e, em cumprimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, presentes ao Art. 37 da Constituição Federal, bem como a todos os preceitos da Administração Pública, dar segmento ao contrato em análise.

Cumprido de início destacar que tal Procedimento de locação de bens encontra-se definido e regulamentado ao art. 6º, II da Lei 8666/93, *in verbis*:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SEPOF

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, **locação de bens**, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;**(grifo nosso)**

Além do mais, o procedimento de contratação fora precedido de processo licitatório por meio de sistema de registro de preços, conforme supramencionado ao resumo, logo encontra-se em conformidade com o disposto à legalidade do art. 2º da lei 8666/93. Citamos:

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Após vistas aos autos do processo, conferida a sua tramitação legal, conferido os documentos de habilitação da contratada, conferida as certidões negativa de débitos tributários, fiscais, trabalhistas e previdenciários, verificou-se que não há entraves quanto a sua contratação, estando corretamente habilitada.

Seguindo da análise da possibilidade de dotação orçamentária apresentada pelos técnicos desta SEPOF, juntamente com a autorização da Autoridade competente, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças, a Sra. ANA MARIA DE SOUZA AZEVEDO, verificou-se pertinência quanto à este requisito.

Por fim esta assessoria, dá parecer opinativo favorável à demanda, entendendo por ser legal, necessário, oportuno e conveniente para esta Administração, conforme anteriormente justificado e fundamentado, **nada obstando o prosseguimento da demanda até sua final e cabal celebração contratual.**


Remeta-se o processo à análise da Procuradoria Geral e Controle interno do Município para posterior análise de admissibilidade do feito.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SEPOF

Ananindeua, PA 29 de janeiro de 2020


LUÃ LIMA VILAS BOAS
OAB/PA Nº 27992